

Copa do Mundo 2026: o futebol entre neoliberalismo e Trump

Erick Kayser

11/06/2026

A Copa do Mundo de 2026 na América do Norte não é um torneio de futebol; é uma feira de negócios com intervalo para o espetáculo esportivo. A decisão de inflar o número de participantes para 48 seleções (contra as tradicionais 32 da era moderna) vem embrulhada em linguagem de inclusão, mas o que ela revela é a transformação do torneio num produto cada vez mais ajustado às engrenagens do mercado global. Serão 104 partidas num torneio espalhado por três países e dezenas de cidades, numa tentativa de esticar ao máximo o produto-futebol: mais jogos significam mais contratos de transmissão, mais cliques e mais latas de cerveja vendidas nos estádios.



A decisão de ampliar o número de equipes pouco ou nada tem de desportivo: é cálculo de mercado puro, o tipo de operação que se aprende não nos campos de futebol, mas nos cursos de MBA das escolas de negócios. Enquanto isso, na arquibancada conceitual deste espetáculo, senta-se confortável a lógica que há décadas vem transformando o esporte mais popular do planeta numa das mais eficientes engrenagens do capitalismo global. A meritocracia do campo foi substituída pela arquitetura financeira, onde o planejamento para encher os cofres da FIFA precede qualquer preocupação com a integridade tática ou o descanso dos atletas, convertidos em engrenagens exaustas de um maquinário que tritura calendários em nome do lucro.

Para compreendermos a fotografia deste presente distópico, é preciso revisitar o álbum de família da nossa tragédia futebolística. No Brasil, o marco zero da neoliberalização do jogo não está nos anos 2000, mas na década de 1980, quando a abertura dos mercados desferiu um golpe profundo na nossa soberania esportiva e cultural. A ida de craques como Zico para a Udinese; Careca ao Napoli, onde dividiu o ataque com o gênio argentino Maradona; Renato Gaúcho para a Roma, entre muitos outros, não representou apenas a busca individual por valorização financeira em uma economia brasileira estagnada. Foi o êxodo inaugural, a primeira grande sangria que transformou o futebol brasileiro em um entreposto exportador de matéria-prima humana. Ali se rompeu a ideia do clube como comunidade e se consolidou a figura do jogador como ativo financeiro a ser realizado no mercado europeu, um processo que desidratou nossos estádios e acostumou o torcedor à eterna condição de vitrine, incapaz de reter seus ídolos por mais de uma temporada.

No Velho Continente, a revolução neoliberal encontrou seu habeas corpus jurídico em 1995 com o Caso Bosman. A liberalização radical da circulação de jogadores comunitários dinamitou as últimas barreiras protecionistas, criando um mercado comum de pernas e chuteiras onde o poder de compra dita a qualidade do espetáculo. A partir dali, o futebol de clubes se transformou em uma oligarquia transnacional, concentrando o talento mundial num punhado de grifes europeias. Nos anos 2000, as petrodólares das monarquias do Golfo e os rublos dos oligarcas russos inundaram o mercado europeu: o Chelsea de Abramovich, o Manchester City do fundo soberano de Abu Dhabi, o PSG dos quataris. O chamado “sportwashing” — a lavagem de reputação através do esporte — tornou-se uma das mais sofisticadas ferramentas de legitimação de regimes autoritários. O futebol, que nasceu nos campos improvisados das classes trabalhadoras inglesas do século XIX, tornava-se, um século depois, o entretenimento favorito das elites financeiras globais. No Brasil, aterrissamos na caricatura desse modelo global com as SAFs, uma arquitetura jurídica que entrega clubes centenários, antes de profunda memória afetiva popular, a magnatas que os tratam como *startups* deficitárias, prometendo títulos enquanto calculam a revenda de promessas da base para equilibrar balancetes.

Voltando a Copa do Mundo, não bastasse sua profunda neoliberalização, a escolha dos EUA como sede principal, que receberão a maior parte dos jogos, incluindo a final, combinada a total subserviência da Fifa ao atual governo norte-americano, produziu o que se poderia chamar sem exagero de a “Copa do Trump”. O mandatário americano tratou o torneio como extensão de seu projeto político, usando-o para projetar poder e celebrar a hegemonia americana em seu 250º aniversário de independência. A FIFA, por sua vez, chegou a especular sobre a concessão de um prêmio da paz ao presidente durante a cerimônia do sorteio dos grupos da competição, em dezembro passado — um aceno que sintetiza a vassalagem da entidade diante da potência anfitriã. A máxima da bola transformou-se em servilismo institucionalizado: desde que o cheque seja gordo o suficiente, qualquer compromisso com os valores universais do esporte pode ser negociado.

As consequências dessa rendição já se fizeram sentir antes mesmo do apito inicial. A política migratória do governo Trump converteu os EUA num campo minado para atletas, árbitros e jornalistas de países considerados “indesejáveis”. O Irã, classificado para o torneio, boicotou a cerimônia do sorteio em dezembro após ter visto negados a membros de sua delegação. Torcedores do Haiti e do Irã encontram restrições para acompanhar suas seleções nas arquibancadas americanas. Jogadores do Senegal foram submetidos a revistas constrangedoras no aeroporto, obrigados a tirar os sapatos como suspeitos comuns. A seleção do Uzbequistão foi recebida por cães farejadores e detectores de metais. O atacante iraquiano Aymen Hussein também passou por situação semelhante. O caso mais simbólico, porém, é o do árbitro somali Omar Abdulkadir Artan: o melhor árbitro masculino da África em 2025, selecionado pela própria FIFA para o torneio, foi detido por 11 horas no aeroporto de Miami, interrogado sobre o grupo extremista Al-Shabab e devolvido para casa num voo noturno. Seria o primeiro árbitro da Somália a apitar uma Copa do Mundo. A FIFA, diante de tudo isso, encolheu os ombros e declarou que “não se envolve nos processos de imigração dos países-sede”.

No entanto, o neoliberalismo, com todo o seu aparato de privatização, precarização e repressão, jamais conseguiu realizar sua fantasia final: a extração total da alma humana do espetáculo. Apesar do conluio entre a FIFA de Infantino e a Casa Branca de Trump, há uma chama popular que se recusa a apagar. Ela está nos estádios de terra onde ainda se descobrem dribles que nenhum algoritmo de scout consegue prever; está na teimosia das torcidas organizadas que, mesmo criminalizadas, seguem cantando contra o futebol-negócio; está na recusa silenciosa do jogador de várzea que joga pelo bairro e não pela vitrine. O futebol, como mercadoria, pode até ser perfeitamente empacotado para o pay-per-view, mas, como experiência estética e coletiva, ele escapa por entre os dedos sujos de dinheiro dos dirigentes.

Como nos ensinou Eduardo Galeano, o inesquecível escritor uruguaio que amava o jogo como um ato de resistência à tristeza, a história do futebol é uma viagem do prazer ao dever. O jogo, outrora uma festa do corpo e da criatividade popular, foi sendo domesticado pela eficiência do resultado e pela frieza do cálculo financeiro. Mas Galeano também nos alertou que, mesmo na jaula de ferro do futebol-espetáculo, o imprevisível insiste em nascer. A Copa de 2026 será uma ostentação grotesca do poder americano e do capital global. Contudo, dentro das linhas do campo, por mais controlado que seja, sempre haverá um segundo de rebeldia, um drible desconcertante, um gol que não estava nos relatórios dos investidores. A dignidade do futebol reside nessa contradição permanente: o mercado o compra, o cerca, o regula, mas nunca

consegue possuir inteiramente a alegria fugaz de uma bola balançando a rede. É essa chama, teimosa e profana, que devemos proteger da frieza dos novos muros de 2026.

Erick Kayser é historiador

Compartilhe nas redes: